

Em 1995, o presidente da República implementou o processo de reforma na Constituição de 1988. Embora inicialmente o governo concentrasse esforços na reforma da área econômica, a pauta governista aspirava alterações em matéria política, administrativa, tributária e previdenciária. No segundo semestre, após à substituição bem sucedida de alguns ditames da ordem econômica, o Executivo lançou-se em nova batalha: a assim chamada Reforma do Estado. Em uma primeira etapa, apresentou o projeto de reforma administrativa. A proposta de emenda foi inicialmente apreciada na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara. O relator da Comissão elaborou seu parecer, no qual afirmava serem inconstitucionais inúmeros dispositivos da projeto. O governo conseguiu mobilizar os parlamentares integrantes da Comissão para que derrubassem o parecer do relator, remetendo, assim, a proposta de emenda para a Comissão Especial, onde está atualmente sob exame. Através do acompanhamento da cronologia do processo, das manifestações de parlamentares e da justificativa governista, usando como fonte de pesquisa o material coletado em periódicos e nos Diários da Câmara dos Deputados, apresentaremos um painel da reforma administrativa, etapa inicial da proposta de reestruturação do Estado Brasileiro (CNPq, FAPERGS, UFRGS).